



A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS REGULARES ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

ELIANE MARIA XAVIER

ARIQUEMES – RO

2013

ELIANE MARIA XAVIER

**A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS REGULARES
ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA.**

Trabalho Monográfico apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalha de Conclusão de Curso II do Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília – Polo Ariquemes – RO. Para obtenção de título de Professor de Educação.

Orientador (a): OSVALDO HOMERO GARCIA CORDERO

ARIQUEMES – RO

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIANE MARIA XAVIER

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS REGULARES ADAPTADAS PARA CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Trabalho Monográfico apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília – Polo Ariquemes – RO. Para obtenção de título de Professor de Educação.

Professor...

Professor...

Professor...

Ariquemes – RO _____ de 2013

Conceito Final após defesa _____

CONCEITO FINAL:

ARIQUEMES – RO

2013

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que contribuíram diretamente e indiretamente para realização desse sonho. Estimulando incentivando-me fazendo acreditar que tudo é possível. E nessa caminhada busquei novos saberes que estão interligados ao meu crescimento intelectual e ético, compatível com vida pessoal e com meu desempenho profissional. E nesse contexto quero agradecer a minha família, e principalmente a minha filha portadora de paralisia cerebral que a minha expiração, aos mestres e amigos muito obrigados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me propiciar essa alegria. Nessa caminhada esteve presente em todos os momentos, me estimulando e quando pensei em desistir busquei ânimo e coragem nele e senti que em todos os momentos ele esteve ao meu lado. Aos meus pais quero agradecer por todo de bom, que eles me proporcionaram, com o apoio ensinamento que trago sempre comigo, respeitar meu próximo e correr atrás dos meus objetivos. Meu pai já esta no céu mais me deixou uma grande herança que foi a honestidade, humildade, e o respeito ao meu semelhante. Sou uma cidadã Honrada, de caráter e com grandes perspectivas de vida que enfrentar todos os desafios que a vida trás de frente. Quero agradecer-lhe também pelos conselhos e ensinamentos que me ajudaram a construir uma vida almejada. Hoje vejo a importância das suas orientações na minha vida. Agradeço pelas sábias, pois tudo que sou e que conquistei devo a Deus e a vocês. Obrigado pai e mãe pela minha vida e por essa conquista tão almejada.

E aos meus Parentes que sempre estiveram presentes nessa batalha um grande abraço, pois acompanharam e compreenderam a minha ausência em diversos momentos, mas que contribuíram para que eu alcançasse o meu objetivo.

Enfim, agradeço a todos os amigos e mestres por terem contribuído direto ou indiretamente com essa conquista orientado, incentivando e acreditando no meu potencial curso. Compartilhando os momentos difíceis e acreditando que conseguiria era só questão de tempo. Devido com todos esses momentos de alegrias que congratularemos em nossa formatura.

RESUMO

Estudos específicos mostram que as pessoas portadoras de paralisia cerebral que usam cadeiras de rodas nas suas atividades da vida diária podem ser estimuladas a participar das aulas de Educação Física, assim elas têm condições de compreender a importância das atividades físicas regulares no cotidiano e como elas podem proporcionar além do melhoramento físico, o melhor desempenho das capacidades, cognitivas, socioafetivos e psicomotores dos alunos envolvidos. Proporcionando saúde e qualidade de vida, bem como a criação de alternativas de intervenção que vise seu bem-estar biopsicossocial. Portanto, refletir a cerca da inclusão através da saúde, acessibilidade, na construção das relações sociais, e outros benefícios que prática de atividades físicas regular pode proporcionar no cotidiano. Visto que o cadeirante é uma pessoa que embora tenha suas limitações reduzidas, são capazes de exercerem limitadas atividades normalmente dentro de suas possibilidades, desde que sejam respeitadas, estimuladas e encorajadas para isso. . Neste contexto buscou-se realizar uma pesquisa descritiva que é essencialmente qualitativa, definida como estudo de caso realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental José de Castro Pereira APAE, baseado na Proposta Pedagógica com intuito de construir uma educação de qualidade, e que atenda as expectativas almejadas deve-se buscar subsídios para auxiliar pais e professores para a necessidade de refletir obre as possibilidades da efetiva integração do aluno com deficiências. Utilizando como instrumentos metodológicos, as pesquisas bibliográficas, questionário e observações. Que apresenta o resultado da análise dos dados coletados a partir do questionário realizado para as os alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola.

Palavras-Chaves: Paralisia Cerebral, Educação Física, Atividades Físicas, Adaptado.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1.INTRODUÇÃO. | 12 |
| 1.1 Objetivo geral. | 14 |
| 1.1.1Definição do objetivo geral | 14 |
| 1.2 Objetivos específicos | 14 |
| 1.3 Hipótese. | 15 |
| 2.REFERENCIAL TEÓRICO | 16 |
| 2.1Deficiências, uma história marcada pela discriminação educacional e social | 16 |
| 2.2 História da pessoa com deficiência no Brasil. | 18 |
| 2.3Direitos da pessoa com deficiência. | 19 |
| 2.3.1Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais | 20 |
| 2.3.2 Declaração Mundial sobre educação para todos Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem | 22 |
| 2.4 A História da Educação Especial no Brasil. | 23 |
| 2.4.1 As Diretrizes Nacionais e a Educação Especial na Educação básica. | 26 |
| 2.4.2 Legislação sobre inclusão da Pnee | 27 |
| 2.4.3 Constituição Federal do Brasil e os direitos das pessoas com deficiências.. | 27 |
| 2.4.4 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). | 28 |
| 2.5 A Política Educacional Brasileira | 29 |
| 2.5.1Os Parâmetros Curriculares Nacionais –(PCNs) | 29 |
| 2.6 Deficiência | 30 |
| 2.6.1Deficiência Física. | 31 |
| 2.6.2 A cadeira de rodas. | 31 |
| 2.7 Aspectos Limitadores.. | 31 |
| 2.8.Proposta curricular da Apae. | 34 |

| | |
|--|----|
| 2.9 Atividades Físicas para Cadeirantes... | 40 |
| 2.9.1 Desenvolvimento de Brincadeiras daptadas | 42 |
| 3.METODOLOGIA. | 46 |
| 3.1 Instrumentos de Dados | 47 |
| 4.APRESENTAÇÃO DOS DADOS | 48 |
| 5.ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 51 |
| 6.CONCLUSÃO | 53 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 56 |
| LISTA DE APÊNDICES | 59 |

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|----------|---|---|----|
| Figura 1 | – | A importância da prática de atividade física | |
| | | Regular para cadeirante..... | 14 |
| Figura 2 | – | Conhecimento com a idade o comprometimento físico do cadeirante fica mais marcante e diminui sua qualidade de vida..... | 48 |
| Figura 3 | – | Prática orientada de atividade física ou esportiva promove vários benefícios orgânicos..... | 49 |

LISTA DE QUADRO

| | | | |
|----------|---|--|----|
| Quadro 3 | – | Quanto à qualidade de vida do cadeirante | 49 |
|----------|---|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCNs-Parametros Curriculares Nacionais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa confrontar com outras pesquisas já existentes sobre a importância da prática de atividades físicas regulares adaptadas para deficientes físicos com uso de cadeira de rodas. É um meio de garantir as pessoas portadoras de deficiências físicas permanecerem no ambiente escola e social no qual esta inserida. Considerando que o indivíduo portador de deficiência, tem o direito constitucional, e pode adquirir posições sociais que envolvam diferentes estímulos, adaptando as capacidades ampliando suas possibilidades respeitando as limitações. A Proposta Pedagógica da escola é ponto de partida da comunidade que norteia o processo ensino-aprendizagem e fundamentar-se-á dentro de uma visão sócio interacionista que visa o desenvolvimento pleno do educando com deficiência, fornecendo-lhes meio para a progressão profissional e estudos posteriores. O que não difere dos objetivos almejados pelos praticantes de atividades físicas regulares adaptadas nas aulas de Educação Física. Oportuniza a ampliação das diversas possibilidades dos deficientes, objetivando o constante funcionamento físico, que prima por uma vida mais saudável e independente, bem como a melhoria de sua autoestima.

No decorrer da história da humanidade, diversas foram as atitudes assumidas pela sociedade e de certos grupos sociais com relação às pessoas portadoras de deficiências, tais atitudes foram mudando de acordo com os fatores constitucionais, econômicos, culturais, filosóficos e científicos.

No processo educacional essa trajetória não foi diferente da história da antiguidade. Pode-se observar que as pessoas portadoras de deficiências tem uma trajetória marcada pela exclusão física, moral e social aos tempos atuais defendidos pelos ideais da inclusão. Visto que principalmente com o apoio da medicina, a inclusão a evolução na forma de pensar das pessoas. E com isso, vem sendo ampliado e proporcionando leques de opções e adaptações com exercícios regulares adaptados para os cadeirantes. Observa-se que a escola promove uma

inter-relação entre as atividades práticas e atividades simbólicas, que são necessárias à formação da autonomia do deficiente.

Com o avanço na legislação, tem ajudado bastante a vida das pessoas portadoras de deficiências, às vezes com menor ou maior êxito. Foi a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente; tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, onde declara a importância no atendimento a estas pessoas. Assim, foram elaborados documentos que se convalidaram. Entre elas a Declaração de Jomtien, em 1990, reconhecendo-se na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, Espanha. Pode-se destacar ainda, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes em 1975, a Carta para o Terceiro Milênio em 1999, a Convenção de Guatemala em 2001, e a Declaração Internacional de Montreal. Essas Conferências, esses debates, contribuíram muito para a elaboração de dois documentos que direcionam as ações do sistema escolar no que se refere à educação inclusiva. São eles: o Plano Nacional de Educação (PNE) Aprovado pela Lei número 10.172 de 2001, e a Resolução nº2 CNE/CEB, ambos do ano de 2001.

Nesse contexto entende-se que, havendo um espaço legal para agir em relação à aplicabilidade de exercícios físicos regulares bem conduzidos podem propiciar uma maior interação entre os indivíduos, podendo proporcionar alegria e prazer aos seus participantes, assim como um efetivo desenvolvimento de suas habilidades. Contudo houve a aplicação de um questionário destinado aos: os alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola. Com intuito de conhecer qual a importância das atividades físicas adaptadas para cadeirantes

Como metodologia de pesquisa qualitativa, descritiva, adotamos de uma observação direta das atividades desenvolvidas, conversação sobre os trabalhos desempenhados no cotidiano da escola. Com o objetivo de descrever a pesquisa sobre a importância da prática das atividades físicas regulares adaptadas para os alunos portadores de Paralisia Cerebral em cadeiras de rodas frequentadores da APAE, tanto em seu aspecto, cognitivo, fisiológico e sócio-afetivo. Demonstrando que eles são capazes como qualquer outra pessoa de efetuar atividades, e que a

prática de atividades físicas pode proporcionar muitos benefícios tais como: psicomotoras, esporte pedagógico, recreação e lazer, e técnicas de orientação e locomoção.”

1.1 Objetivo Geral

Compreender a importância da prática da atividade física regular adaptada na melhoria do aspecto cognitiva, socioafetiva e psicomotora dos deficientes físicos com paralisia cerebral e que usam cadeira de rodas na escola Estadual José de Castro Pereira dos Santos-APAE, na cidade de Machadinho do Oeste-RO.

1.1.1 Definição do objetivo geral

Os Portadores de paralisia cerebral, com uso de cadeiras de rodas atualmente não costumam praticar atividades físicas adaptadas regularmente o que tem contribuído para uma saúde comprometida devido ao sedentarismo que é uma das principais causas de problemas de saúde que atingem pessoas de todas as idades que tem comprometido cada vez crianças, jovens e adultos. As praticas de atividades físicas regulares exigem profissionais preparados e comprometidos, pais e professores que incentivem a prática regular no cotidiano. Portanto, decidiu-se que seria preciso rever as praticas como estão sendo vivencias nas aulas de Educação Física da E.E.E. José de Castro Pereira dos Santos – APAE.

1.2 Objetivos Específicos

Identificar a importância da atividade física regular adaptada, para alunos com deficiência física no cotidiano, com intuito propiciar melhores condições cognitivas, proporcionando uma vida mais saudável;

Descrever a necessidade da prática de atividade física regular para cadeirante, descobrindo a capacidade de realizar desde os movimentos mais simples, até aos mais complexos;

Orientar sobre a importância da prática de atividade física regular, respeitando sempre os limites e as possibilidades de cada um;

Contribuir para uma educação verdadeiramente Inclusiva mostrando os direitos de alunos deficientes; criando condições, reconhecendo sua importância dentro da sociedade. Uma estratégia valiosa que traz grandes benefícios no cotidiano;

Compreender a importância das praticas de atividades físicas regulares, que além de proporcionar saúde, alegria e prazer aos seus participantes; podem ultrapassar barreira, promovendo uma série de benefícios que vão além da esfera física.

Identificar os aspectos históricos, políticos e socioculturais como parte integrante do processo de inclusão;

Promover aos estudantes com deficiência física palestras, e momentos de reflexão sobre o tema saúde e qualidade de vida.

Oportunizar aos estudantes com deficiência física no uso de cadeira de rodas vivências de atividades com música, brincadeiras lúdicas, enquanto fator relevante ao esporte, pedagógico, recreação e lazer.

1.3 Hipótese

Considerando que as praticas de atividades físicas regulares adaptadas é de suma importância para o cadeirante, focado nos inúmeros benefícios, que vão além dos aspectos físicos. E que podem propiciar o desenvolvimento das diversas competências e habilidades sociais, psicológicas, motoras e cognitivas nas aulas de Educação Física dentro de uma aprendizagem necessária e fundamental.

Visto que o sedentarismo entre deficientes físicos é um problema muito sério e atual. Acredita-se que nas aulas de Educação Física, as atividades adaptadas pode promover diversos benefícios que podem ser aprimorados em todos os aspectos da vida humana. E ainda levam a diminuição e prevenção das doenças e obesidades dos alunos cadeirantes da E.E.E. José de Castro Pereira dos Santos - APAE do município de Machadinho do Oeste - RO. Observa-se também que as atividades

físicas regulares nas aulas de Educação Física, o alunado seja capaz, de compreender a capacidade de trabalhar com a diversidade humana, que são essenciais para despertar no indivíduo portador de deficiência, os aspectos psicossociais ou psicomotores. O que podem levar a sociedade a discutir sobre a exclusão e inclusão social. Sabe-se que a participação das atividades pode influenciar também no, comportamento e personalidade, o que pode refletir positivamente no ambiente em que convive

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Deficiências, uma História Marcada pela Discriminação Educacional e Social.

No decorrer da história da humanidade, diversas foram as atitudes assumidas pela sociedade, e em certos grupos sociais com relação às pessoas portadoras de deficiências, tais atitudes foram mudando de acordo com os fatores econômicos, culturais, filosóficos e científicos. Relatos históricos que revelam que pessoas com deficiência foram condenadas ao exílio e à fogueira, por serem consideradas criaturas malignas que tinham pacto com o demônio.

Na civilização hebraica a discriminação era manifestada nas leis. Moises escreve em "Levítico" que o homem com deformidade corporal não pode fazer oferenda a Deus, e nem se aproximar de seu ministério. A deficiência era vista pelos antigos hebreus, como indicadora de impureza, remissão de pecados antigos, interferência de maus espíritos e das forças más da natureza, *logo* os deficientes tinham que esmolar para sobreviver, ficando expostos nas ruas e praças, e eram apenas tolerados pela sociedade.

“A burguesia, classe em ascensão, vai se manifestar como uma classe revolucionária, e, enquanto classe revolucionária, vai advogar a filosofia da essência com um suporte para a defesa da igualdade dos homens com um todo”, e “é sobre essa base de igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e, assim que a burguesia se torna a classe dominante, ela vai, a partir de meados do século XIX, estruturar os sistemas de ensino e vai advogar a escolarização para todos”. (SAVIANI 2003, p. 38)

Visto que os preconceitos trazem sequelas drásticas na vida das pessoas deficientes. É só verificar o dia a dia, desses indivíduos portadores de qualquer deficiência. Observa-se que o preconceito traz crueldade, e sofrimento significativo, principalmente para aqueles indivíduos com deficiências físicas.

A religião com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, pregavam a ideia da condição humana como indicação de perfeição física e mental. E quem não se parecia com Deus era considerado subumano e posto à margem da sociedade. Conforme Jannuzzi, (2004, P.28):

A história da educação dos deficientes vem desenvolvendo-se através de tentativas práticas, muitas vezes criações deles próprios para vencer os desafios com que se nos defrontam diversos tempos e lugares; pela observação e esforço cotidiano de pessoas empenhadas em ajudar-lhes a sobreviver e ainda pela aplicação de conhecimentos auferidos nas diversas ciências.

Mais nas primeiras décadas do século XX, além da filosofia humanista, as nações deparavam-se com mutilados pós as duas grandes guerras e acidentados nas indústrias. Surgem uns grandes incrementos das assistências às pessoas portadoras de deficiências no mundo todo. Ou seja, programas de reabilitação global, incluindo a inserção profissional de pessoas deficientes. Com as diversas mudanças sociais e descobertas científicas, surgem alguns esclarecimentos sobre problemas congênitos, disfunções sensoriais e distúrbios mentais e físicos.

Os fundamentos do iluminismo construíram a ideia de mundo e de ser humano que serve como modelo para cientistas, pensadores, políticos e empresários até os dias de hoje. O iluminismo reduziu a realidade humana a um ser que tem utilidade e cuja felicidade está concentrada na sua capacidade de ter bens materiais. (WESTPHAL, 2009, p.47)

A educação passa ser um direito de todos. Visto que ao longo dos anos e dos últimos séculos o desejo da Educação para Todos, tem sido idealizado por todos os que acompanham a trajetória da evolução da humanidade. Mas foi a partir da Idade

Moderna que tudo aconteceu. Pois na Idade Média ascensão da visão da cidadania universal proclamada pela burguesia em contraposição aos privilégios feudais representou-se também a ascensão da ideia de educação universal.

No processo educacional esta trajetória não foi diferente, pois desde a antiguidade, as pessoas portadoras de deficiências tem uma trajetória marcada pela exclusão física, moral e social aos tempos atuais defendidos pelos ideais da inclusão. Esta característica demonstra nesse estudo algumas conquistas ao longo dos anos. Principalmente com apoio da medicina, e também de algumas leis públicas de inclusão a evolução na forma de pensar das pessoas vem sendo modificado.

O que vem ocorrendo é o reconhecimento social, das pessoas portadores de deficiências. Verifica-se a possibilidade cada vez maior de acesso e de reconhecimento tanto na esfera da política, pedagógica e saúde.

2.2 A História da Pessoa com Deficiência no Brasil

O percurso histórico das pessoas com deficiência no Brasil, assim como ocorreu em outras culturas e países, foi marcado por uma fase inicial de eliminação e exclusão, passando-se por um período de integração parcial através do atendimento especializado. Estas fases deixaram marcas e rótulos associados às pessoas com deficiência, muitas vezes tidas como incapazes e ou com doentes crônicas. Romper com esta visão, que implica numa política meramente assistencialista para as pessoas com deficiência, não é uma tarefa fácil. Mas, com menor ou maior êxito, isso foi feito com o avanço da legislação nacional sobre este tema, contando agora com a contribuição direta das próprias pessoas com deficiência.

“(...) as questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil – por exemplo, mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras – foram construídas culturalmente”. Assim sendo, é importante termos em mente que questões culturais demoram a ser revertidas,

mas este é o movimento que tem sido priorizado pelas pessoas com deficiência nas últimas décadas. (FIGUEIRA, 2008, Pg. 17)

Uma situação inusitada que nossa sociedade está vivenciando, diz respeito às diversas leis, acordos e declarações que são assinadas visando assegurar a inclusão. Entretanto, ainda observamos situações de segregação e exclusão do sistema educacional.

Ainda hoje, esquecemos a individualidade, que proporciona a heterogeneidade de nossa sociedade. Deste modo, apesar da legislação existente, os diferentes ainda se encontram em situação de exclusão.

2.3 Direitos da pessoa com deficiência.

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente; tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância. (Figueira, 2008, p 115).

Após a 2ª Guerra Mundial instala-se um campo fértil para discussão dos direitos humanos que os mesmos viessem que garantissem igualdade e fraternidade entre os homens. Para isso, foram elaborados documentos que se convalidam à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Que em seus artigos 1º e 2º, declaram a sua importância, pode-se citar:

(...) todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito, sem distinção alguma, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação, assegurando as pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a sua vida digna, a educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida da comunidade:

Como objetivo específico de discussão a atenção aos alunos com necessidades especiais reafirma-se o compromisso com a educação para todos (Declaração de Jomtien, 1990), reconhecendo-se a Conferência Mundial;

Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha.).

Pode-se destacar ainda: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Carta para o Terceiro Milênio. (1999), a Convenção de Guatemala (2001), e a Declaração Internacional de Montreal.

Essas Conferências, esses debates, contribuíram muito para a elaboração de dois documentos que direcionam as ações do sistema escolar no que se refere à educação inclusiva.

Pode-se destacar ainda: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Carta para o Terceiro Milênio. (1999), a Convenção de Guatemala (2001), e a Declaração Internacional de Montreal. Essas Conferências, esses debates, contribuíram muito para a elaboração de dois documentos que direcionam as ações do sistema escolar no que se refere à educação inclusiva. São eles: o Plano Nacional de Educação (PNE) Aprovado pela Lei número 10.172 de 2001, e a Resolução nº2 CNE/CEB, ambos do ano de 2001.

2.3.1 Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.

{...} a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) representou o foco específico das necessidades educacionais especiais. E, tal como aconteceu com as outras propostas, foi oficialmente adotada para as políticas nacionais, pelo menos no campo do discurso. (FERREIRA in OMOTE, 2004, p. 13).

a) REAFIRMANDO o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

b) RELEMBRANDO as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de oportunidades para as Pessoas com Deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo.

c) RECONHECENDO, como prova deste envolvimento, a participação ativa dos representantes de alto nível de numerosos governos, de agências especializadas e de organizações intergovernamentais nesta Conferência Mundial.

d) NOTANDO com satisfação o envolvimento crescente dos governos, dos grupos de pressão, dos grupos comunitários e de pais, e, em particular, das organizações de pessoas com deficiência, na procura da promoção do acesso à educação para a maioria dos que apresentam necessidades especiais e que ainda não foram por ela abrangidos; e reconhecendo, como prova deste envolvimento, a participação ativa dos representantes de alto nível de numerosos governos, de agências especializadas e de organizações intergovernamentais nesta Conferência Mundial.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

A partir da década de 90, com a Declaração de Salamanca (1994) propõe, entre outros pontos, que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas **“constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...”** (p. 8-9, grifo nosso). Vemos sob este enfoque, que a educação especial que por muito tempo configurou-se apenas como um sistema de ensino paralelo ao já existente. Hoje com sua evolução tem como prioridade dar suporte à escola regular no recebimento deste alunado.

Visto que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, às escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias criando comunidades abertas e

solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promover a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

2.3.2 Declaração Mundial sobre educação para Todos. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (Jomtien, 1990).

Visto que nesse contexto, é declarada a necessidade e urgência da educação, para as crianças, jovens e adultos com deficiências preferencialmente na rede regular de ensino. Ao assinar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se com o alcance os objetivos propostos, que visam à transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos.

É a partir da Convenção de Guatemala (1999), os Estados reafirmaram que: As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas normais, como também o de não ser submetido a preconceitos. Estes direitos, inclusivos estão pautados na base da deficiência que emanam a dignidade que é inerente a todo ser humano.

Quanto à educação de deficientes, surgiu, como foi relatado, pelo trabalho promovido por algumas pessoas sensibilizadas com o problema, que encontraram apoio governamental – precário, é verdade – mas no momento em que elite intelectual estava preocupada em elevar o Brasil ao nível do século (RIBEIRO, 2000, p. 65).

De acordo com o princípio da não discriminação, trazido pela Convenção da Guatemala, espera-se que na adoção da máxima “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”.

Admitam-se as diferenciações com base na deficiência apenas com o propósito de permitir o acesso ao direito e não para negar o exercício dele.

Nesse contexto observa-se que, os limites que tem as terminologias, abordados podem buscar e assegurar meios que viabilizem serviços e recursos que

contemple as necessidades e o bem estar da pessoa com deficiência sua participação no meio social.

2.4 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história da Educação Especial está focada em todas as lutas que ocorreram no âmbito da Educação Básica, raras foram às ações do Estado em relação ao acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino básico e superior. Nesses aspectos analisados, faremos menção à inclusão também da pessoa com deficiência no ensino superior.

No Brasil, observa-se que, o Conselho Nacional de Educação autorizou que estudantes com deficiência visual ingressassem nas Faculdades de Filosofia, dando a eles oportunidade profissional de seguir carreira a nível superior.

Para Sassaki (1997, p. 41) inclusão é: Um processo pelo qual a sociedade adapta-se para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Com o passar do tempo mesmo sem muita expressão, iniciou-se o atendimento aos portadores de deficiência, começou-se assim encaminhá-los às instituições religiosas ou filantrópicas, porém com pouca qualidade e apoio governamental ao atendimento que era dispensado aos portadores de deficiência, as mudanças foram poucas para a realidade em que viviam. As pessoas que fugiam o padrão de comportamento ou de desenvolvimento, por qualquer outro motivo eram totalmente excluídas do contexto social e da convivência com as demais.

Com mais cinco décadas as ações referentes em nível de educação superior para deficiente físico ainda são muito precárias. As barreiras físicas, a inadequação dos meios e a ausência de políticas são elementos essenciais que dificultam no

cotidiano a inserção das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior.

Com os avanços tecnológicos e o seu domínio nessa ferramenta. Tem dificultado ainda mais sua inclusão, nas últimas décadas do século XX alguns avanços foram evidenciados nas discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Notam-se principalmente no âmbito jurídico através de leis, decretos, declarações entre outros. Segundo Goffredo, (2004)

(...) torna-se necessária uma reflexão coletiva dos professores sobre a adaptação do currículo às necessidades desses alunos, bem como, a adaptação das Instituições para oferecer uma estrutura, tanto física quanto pedagógica, (como prevê a lei supracitada), mais adequada para que estes alunos possam ser acolhidos, ter suas necessidades específicas atendidas, e sentirem-se efetivamente sujeitos partícipes do processo educacional.

Contudo, observa-se na citação de Goffredo, a história da educação especial, buscaram meios de assegurar a permanência do aluno com deficiência no contexto educacional, pois é fundamental para seu crescimento intelectual e ético, seja ela, na educação básica ou superior esta inclusão. Acredita-se ser necessária a existência desse acolhimento, para que haja essas parcerias entre a comunidade escolar ou instituição superior, envolvendo professores, alunos, funcionários e corpo diretivo.

Na sociedade contemporânea, observa-se que muitas organizações e comunidades escolares às vezes excluem o aluno portador de deficiência ou aquele que não comporta o padrão já definidos pelos seguimentos sociais, como aqueles que têm uma cultura diferente das existentes nos meios sócias. Nessa ótica a exclusão é uma realidade em nossos meios, pois os alunos portadores de Necessidades Educativas Especiais. Possuem diferenças nos aspectos motor, físico ou cognitivo o que o exigem mecanismo diferenciado no processo de ensino aprendizagem.

A escola tem que ser um espaço que “(...) assegurasse a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva” (LIBÂNEO, 1998, p.2). Ela deveria ser o

espaço de onde surgissem cidadãos conscientes, capazes de iniciar um processo de mudança do quadro de uma sociedade excludente como a nossa.

Lopes (2007) também nos mostra que, atualmente, muito se fala sobre a inclusão, mas não a realizamos de fato. É natural vermos gestores educacionais e professores que sempre encontram barreiras para a concretização da inclusão. Quando não pior, os veem apenas como uma ferramenta assistencialista, acreditando que o simples fato das crianças portadoras de alguma necessidade já estar em uma Instituição regular de ensino é o suficiente.

A autora ainda afirma que administradores escolares e professores que assumem tais posturas desconsideram os direitos os portadores de deficiências. Somos sabedores que todos possuem os mesmos direitos! Tanto à aprendizagem, como também ao ensino de qualidade, e nesse processo, respeitar as peculiaridades de cada um.

Observa-se em muitos estabelecimentos de ensino, o que vimos, são docentes despreparados que não concordam com a inclusão de alunos portadores de deficiências no contexto escolar. Pois os mesmos alegam a falta de possibilidades de atendê-los, por não estar preparada pedagogicamente para tender essa nova clientela. Falta qualificação adequada, interesses de alguns para vivenciar com dinamismo essa nova realidade. Visto que a escola funciona como espaço inclusivo.

É um direito de todos, que tem suscitado conhecimentos adquirirem acessos, experiências, sentimentos, comportamentos, valores entre outros coexistem como espaço inclusivo nos remete às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar.

Nesse contexto, ocorrem inúmeros debates e discussões sobre programas e políticas de inserção de alunos com deficiências. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola, e com, forma professores responsável e competente.

No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos as ajudas técnicas e a tecnologia assistiva¹ estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigida à promoção da inclusão de todos os alunos na escola. Portanto, o espaço escolar deve ser estruturado como aquele que oferece também as ajudas técnicas e os serviços de tecnologia assistiva. (Brasil, 2006, p. 19).

2.4.1 As Diretrizes Nacionais e a Educação Especial na Educação Básica

Atualmente, na legislação brasileira, existem algumas leis que exaltam a igualdade de oportunidades. Em todas estas leis fica bem claro que todos devem ter acesso à educação, que todos devem ter os mesmos direitos, e todos devem ser respeitados em sua individualidade, sendo assim não pode de forma alguma existir preconceito ou qualquer tipo de discriminação, independente do fato de se pertencer a uma raça, etnia, religião, situações ou tantas outras diferenças.

As Diretrizes Nacionais e a Educação Especial na Educação Básica, tem como enfoque da integração para a inclusão. Saliencia a necessidade de orientar os sistemas de ensino em consonância com os princípios da educação inclusiva. Adequando-se ao Decreto nº 3.956/ 2001[57] que promulgou a Convenção da Guatemala.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) pelo Brasil, conferindo-lhe status de emenda constitucional. A participação direta e efetiva dos indivíduos com limitações físicas, sociais e cognitivas na elaboração da Convenção (e posteriormente na sua internalização) não foi fruto do acaso, mas decorre do paulatino fortalecimento deste grupo populacional, que sobreviveu e passou a exigir direitos civis, políticos, sociais e econômicos.

¹ Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão.

Para Prieto (2002), a Resolução nº2 CNE/CEB, aliada às diretrizes do Plano Nacional de Educação para a Educação Especial, formam a base recente das políticas nacionais para atender às pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.4.2 Legislações sobre inclusão da Pnee

A Constituição Federal após eleger como fundamentos de nossa República a cidadania e a dignidade da pessoa humana; (art.1º, incisos II e III) como um dos objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV), após garantir o direito à igualdade (art.5º), trata nos artigos 205, 206 e 208, do direito de todos à educação, que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2000).

2.4.3 Constituição Federal do Brasil e os direitos das pessoas com deficiências.

Foi a partir da constituição de 1988 que ocorreram mudanças significativas no tratamento do deficiente, oportunizando assim um atendimento educacional na rede regular de ensino.

O artigo 205 da Constituição Federal preceitua que “A educação, direito”. “de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O inciso I do artigo 206 garante “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

O inciso III do artigo 208 especifica que “o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A educação especial como parte integrante da educação em geral, constitui-se num conjunto de recursos pedagógicos e de serviços de apoio que facilitem a

aprendizagem de todos os alunos com necessidades especiais. A definição fica bem clara e é apresentada na parte da LDB que trata sobre educação especial.

No ano de 2006, quatro anos depois do início dos debates e das negociações que resultaram na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um sopro de ar fresco e esperança tomou conta do nosso país.

Os 33 artigos de conteúdo e os 17 do protocolo facultativo da Convenção foram ratificados com quórum previsto no art. 5º, § 3º da Constituição Federal. A aprovação com o quórum qualificado de três quintos dos votos dos membros da Câmara e Senado Federal, em dois turnos, garantiu ao tratado o status de normal constitucional, e esse fato ocorreu em 9 de julho de 2008.

2.4.4 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. É em consonância com essa discussão, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) número 9.394 de 1996 destina o seu título V à Educação Especial, especificando em seu artigo 58 que:

Artigo 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Nesse sentido, o capítulo destina o artigo 59 para sistematizar e direcionar a Educação Especial.

Artigo 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e avaliação para concluir em menos tempo o programa escolar para os superdotados.

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Verifica-se que os conteúdos abordados na legislação, bem como os seus parágrafos e incisos, seguem alguns direcionamentos descritos na Declaração de Salamanca, como por exemplo: adaptações curriculares, apoio especializado quando necessário, a especialização de professores, apoio financeiro e recursos materiais.

2.5 A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

A Política Educacional Brasileira avança concomitantemente com a inclusão social e nos leva a entender os fenômenos socioeconômicos no país. O projeto inclusivo beneficia a todos pela diversidade. Os dados da Educação Especial transcendem as expectativas. As Políticas Educacionais Inclusivas referem-se há pessoas excluídas do Direito a Educação. Portanto, denominam-se como pessoa com "Necessidades Especiais", NE, alunos (as) que enfrentam no processo educacional barreiras pedagógicas, físicas e outras formas de alteração nas situações de aprendizagem.

O Ministério da Educação desenvolve a política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, são implementadas diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecido; aos alunos com deficiência visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular.

2.5.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais –(PCNs).

Educação inclusiva aponta “a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano”. Igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância “da solidariedade e do respeito”. (PCNs, BRASIL, 1997).

Verifica-se que, nos PCNs, como nos sistemas de apoio é bastante focado, nas adaptações curriculares que além de favorecer o processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes, contempla também a organização da forma de planejar as aulas até a forma de avaliar os alunos.

Citadas nas Diretrizes Curriculares da Educação Especial na Educação Básica.

No século XXI vimos que não comporta mais discriminar ou exclusão de pessoas portadoras de deficiências, é crime e cabe processo. De acordo com a legislação, atitudes como estas não condizem mais com a realidade humana. Qualquer discriminação ou exclusão tornam desajustadas e incompreensíveis aos olhos da lei, e de muitos seguimentos sociais. Porém, é preciso lembrar que foi a partir da reflexão sobre fatos historicamente condenáveis para pessoas portadoras de deficiências pode-se perceber a evolução de conceitos e condutas que a cercam.

2.6 DEFICIÊNCIA

Segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é o substantivo atribuído a toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Refere-se, portanto, à biologia do ser humano.

Todo o indivíduo portador de qualquer problema físico ou mental, que não tenha ou falte uma parte anatômica, tendo com isso dificuldades de vários níveis: de locomoção, percepção, pensamento ou relação social. É considerado deficiente. Segundo Carneiro (1998), as deficiências classificam-se em: Portadores de Deficiência Auditivos, Visuais (sensorial), Mental, Física, Múltipla; Portadores de Condutas Típicas (comportamentos típicos de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos com repercussão sobre o desenvolvimento e comprometimento no relacionamento social);

a) Paralisia: prejuízo (sequela de agressão encefálica), permanente do movimento e da postura, resultante de uma desordem encefálica não progressiva. É causada por fatores hereditários ou problemas havidos durante a gravidez, parto, período neonatal ou nos dois primeiros anos de vida. Pode ser acompanhada de rebaixamento mental e distúrbios convulsivos.

2.6.1 A Deficiência Física

A deficiência física, bem como a funcionalidade e participação social da pessoa com deficiência, entende-se que suas limitações não são somente impostas pela condição física (alteração da estrutura e função do corpo biológico), mas ocorrem também, pelos os aspectos psicológicos, educacionais e sociais, que também determinam possibilidades e impedimentos de desenvolvimentos, de habilidades e de inclusão do indivíduo com deficiência.

Visto que, deficiência física abrange uma variedade de condições reais que afetam o indivíduo em termo de mobilidade, de coordenação motora geral ou de fala em decorrência de lesões neurológicas, musculares e ortopédicas, ou ainda de má formação congênita ou adquirido.

2.6.2 A Cadeira de Rodas

Verifica-se que, a cadeira de rodas constitui-se em uma parte fundamental na qualidade de vida do deficiente físico portador de paralisia cerebral ou não, pois é nela que o indivíduo passa diversas horas do seu dia.

Observa-se que a atividade física regular pode propiciar condições para o seu bem estar, através dos exercícios o melhoramento físico, ocorrerá no desempenho do trabalho, estudo ou lazer, em todas as suas atividades cotidianas por ele desempenhadas. Em síntese, a prática de atividade regular passa ser um direito de cidadania.

2.7 ASPECTOS LIMITADORES

“A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: aceitação a diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, à convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação” (SASSAKI, 1997 p. 41).

Apesar das limitações e dificuldades arroladas à acessibilidade e qualidade de vida dos deficientes, podemos perceber que a busca da melhora no estilo de vida, manutenção e promoção de saúde têm crescido de forma significativa, enfrentando-se barreiras de caráter público e uma alarmante desigualdade impulsionada por líderes governamentais.

O direito das pessoas com deficiência e seu livre acesso seja no contexto escolar ou social, foi assegurado na Constituição Federal brasileira e em diversas normas constitucionais, todavia, o que se constata na realidade ainda, é a existência de ambientes construídos e adaptados sem a observância do desenho universal. De acordo com o Art. 1º da Associação Brasileira de Normas e Técnicas- ABNT, no que se refere a normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.

Verifica-se que as perspectivas de vidas dos alunos portadores de deficiências, como acessos à educação, ao trabalho, à cidadania, à atividade física, esporte e lazer deveriam ocorrer em um ambiente social mais acessível e abrangente possível, podendo-se perceber que os educandos têm potencial para contribuir com a integração e qualidade de vida dos portadores de deficiência.

Neste cenário caberia aqui esclarecer que a deficiência reduz consideravelmente as reais chances das pessoas portadoras de deficiências participarem ativamente da vida pública, sem qualquer restrição de credo, religião, posição política, etnia, opção sexual ou grau de deficiência.

E que desempenhar suas atividades rotineira tais como: estudo, trabalho, lazer e suas relações sociais é um direito.

Conhecedores das rotinas dos cadeirantes ou pessoas com mobilidades reduzidas no caso estão descrevendo alunos portadores de paralisia cerebral com o uso de cadeiras de rodas. Para que os mesmos possam desfrutar do direito de

circular e utilizarem os espaços e as atividades que são necessárias a uma vida saudável, dentro dos limites e possibilidades de cada um têm que romper as diferentes restritas barreiras arquitetônicas existentes que são derivadas das inadequações dos ambientes onde tem que circular.

. Segundo Mazzota (1998, p.117) acredita que construir uma educação que abranja todos os segmentos da população e cada um dos cidadãos implica uma ação baseada no princípio da não segregação, ou, em outras palavras, da inclusão de todos, quaisquer que sejam suas limitações e possibilidades individuais e sociais.

Portanto, para esses alunos que estão em serviços de educação especial ou outras situações segregadas que prioritariamente se justifica a busca da inclusão como os cadeirantes e outros alunos portadores de outras deficiências como foram citados essa integração constitui-se num direito e um dever do estado. Vimos que esses alunos tem que estar inseridos num ambiente em que seja, oportunizado a educação de qualidade, saúde, lazer baseada no princípio de igualdade social.

Segundo Bechtold & Weiss (2005 p.1), muito se fala a respeito dos direitos e necessidades educacionais especiais. É necessário refletir no que se refere a real inclusão de pessoas portadoras de deficiências, como um todo, que ainda esteja impedindo ou dificultando a presença ou permanência destes sujeitos no meio social.

Percebe-se que as pessoas com deficiências físicas como qualquer outro cidadão, lhe são assegurados um ambiente sadio e adaptado à suas necessidades inclusivas. Independentemente de sua origem socioeconômica ou origem cultural.

Aos olhos preconceituosos, desta pessoa ele não se desenvolvera suficiente para viver em sociedade, pois nada será quando crescer, portanto além de ser considerada criança inútil, acaba sendo pré-julgada como adulto inútil, que não constituirá para o aumento de produção em nosso quadro social e de sua própria sobrevivência.

Stainback (1999) diz que a inclusão é uma atitude, uma convicção. Não será uma ação ou um conjunto delas. É um modo de vida, um modo de viver juntos na coletividade embasada na convicção que cada indivíduo é estimado e pertence a um grupo social e nele cresce de acordo com o meio em que vive.

Mais ao mesmo tempo em que ela acaba desenvolvendo atividades que não contemplam seu crescimento intelectual. A inclusão é, portanto, a consciência

social, em relação à aceitação das diferenças e uma co-responsabilizadade para obviar às necessidades dos outros.

Visto que são muitos os problemas que a falta de acessibilidade podem interferem no cotidiano do deficiente, tanto na escola como nos meios sociais na realização da prática esportivas, lazer, brincadeiras lúdicas ou de outras atividades necessária à realização plena desses indivíduos.

E tomando como base o conhecimento de benefícios que essa prática de atividades físicas produz na vida do alunado com mudanças no estilo de vida ativo. No que se refere à Acessibilidade é definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Espera-se que as normas e adaptações sejam adotadas e respeitadas de forma homogênea para com os ditos “normais” contribuindo para uma melhora na saúde e qualidade de vida dos portadores de deficiência.

2.8 PROPOSTA CURRICULAR DA APAE

A Proposta Pedagógica da Escola de Educação Especial “Jose de Castro Pereira dos Santos “foi elaborada pela equipe Técnica Administrativa, Pedagógica e todo corpo docente”“. O processo de construção será contínuo, tendo a finalidade de valorizar a formação integral do aluno especial na escola e na sociedade, para que ele seja encaminhado para uma liberdade responsável, com muito valor ético no exercício de sua cidadania e de sua qualidade de vida.

O Projeto é o eixo que moverá a Escola é ponto de partida da comunidade que norteara o processo ensino-aprendizagem e fundamentar-se-á dentro de uma visão sócio interacionista que visa o desenvolvimento pleno do educando com deficiência, fornecendo-lhes meio para a progressão profissional e estudos posteriores.

A elaboração do Projeto Pedagógico na Escola de Educação Especial José de Castro Pereira procedeu-se com princípios democráticos e uma construção coletiva.

De acordo com o “Atendimento Educacional Especializado e Aspectos” Legais e Orientação Pedagógica “a Instituição filantrópica que mantém” uma Escola

Especial, ainda que ofereça atendimento especial, deve providenciar imediatamente a matrícula das pessoas que atende, pelo menos daquelas em idade de 07 a 14 anos, no Ensino Fundamental, em escolas comuns da rede regular. Para os jovens que ultrapassarem essa idade limite é importante que lhes seja garantida matrícula em escolas comuns, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA, se não lhes for possível frequentar o Ensino Médio.

Nada impede que, em período distinto daquele em que for matriculado no ensino comum, os alunos continuarem a frequentar a Instituição para serviços de Atendimento Educacional Especializado.

O sistema de ensino, por meio de seus órgãos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, deve dar às escolas especiais prazos para que adotem as providências necessárias, de modo que as escolas possam atender às prescrições da Constituição Federal e a Convenção da Guatemala. Essas providências devem ser adotadas com urgências no que diz respeito a alunos com deficiência, em idade de acesso obrigatório ao Ensino Fundamental.

Os pais ou responsáveis que deixam seus filhos sem a escolaridade obrigatória podem estar sujeitos as penas do artigo 246 do Código Penal, que trata do crime de abandono intelectual. É possível até que os dirigentes de instituições que incentivam e não tomam providências em relação a essa situação possam incorrer nas mesmas penas (art.29, CP). O mesmo pode ocorrer se a instituição simplesmente acolhe uma criança com deficiência recusada por uma escola comum (essa recusa é crime, art.8º, Lei nº 7.853/89, e silenciar a respeito, não denunciando a situação. Os conselhos Tutelares e autoridades locais devem ficar atentos para cumprir seu direito de acesso à escola comum na faixa obrigatória.

Considerando o fato de que a maioria das escolas comuns da rede regular diz estar “despreparada” para receber alunos com necessidades especiais-já que grande parte desses alunos nunca frequentou a escola de ensino regular, a instituição especializada deve oferecer apoio e conhecimento e esclarecimentos aos professores das escolas comuns em que essas crianças e adolescentes estão estudando. (FÁVERO, PANTOJA, MANTON, 2007. P.04, 05).

Segundo o referenciado o papel da Instituição especializada é o de oferecer aos alunos com deficiência conhecimentos que não são próprios dos currículos da

base nacional comum, e, como defensoras dos interesses das pessoas com deficiência, cuidar para as escolas comuns cumpram o seu papel.

Caso sejam encontradas resistências das escolas comuns da rede regular em aceitar as matrículas, ou manter as já existentes, mesmo com o apoio das Instituições especializadas, os diligentes dessas devem orientar e acompanhar os pais para denunciarem o fato aos órgãos do Ministério Público Local. (2007. p 05).

Ainda segundo o referencial mencionado, para crianças e jovens de 06 a 14 anos, o Atendimento Educacional Especializado é sempre complementar e não substituto da escolarização em salas de aula de ensino comum. Quando necessário esses alunos devem ter providenciado o Atendimento Educacional Especializado na Instituição, em horário distinto daquele em que frequentam a escola comum.

Os níveis de modalidade e a educação básica.

A nova LDB, de acordo com Teixeira (1997, p. 86), amplia o conceito de educação, adotando seu uso ao contexto mais amplo da vida social, da qual a educação escolar faz parte. Dessa maneira, a função formativa da educação estende-se ao ensino e ao mundo do trabalho, realizando-se por meio da integração dos níveis de ensino que se complementam em etapas sucessivas, levando a composição de um bloco de conhecimentos e à formação de habilidades e atitudes calcadas em valores éticos e na participação.

Educação Infantil Educação Especial

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e objetiva o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social (art. 29 da LDB, 1996). Esse dispositivo evidencia a convicção de que o processo educacional inicia-se no nascimento da criança e realiza-se como um processo contínuo que contribui para a formação do ser humano.

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho nacional de educação, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

Além das exigências dessas diretrizes, deve também ser observada a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema.

Para efeito das Diretrizes são adotadas as definições para a Educação Infantil, haja vista que é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever de o Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

A criança sendo sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O Currículo da educação infantil é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico de crianças de 0 a 5 anos de idade.

A Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados.

É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar e culturais.

Na observância das Diretrizes, a proposta Pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função, sociopolítica e pedagógica, oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais, assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementara educação e cuidado das crianças com as famílias.

A proposta pedagógica das instituições de educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos e apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem aos seus direito à educação de qualidade.

As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particulares pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promovendo ou classificação, garantindo a observância crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

De acordo com o Referencial de Atendimento Educacional Especializado Aspectos Legais Especializados, para crianças de 0 a 05 anos: oferecer Atendimento Educacional Especializado, que pode envolver formas específicas de comunicação, apenas quando esse Atendimento não ocorrer nas escolas comuns de Educação Infantil. Proporcionar, quando necessário, atendimentos clínicos em horário oposto, devendo esse ser incentivado pela instituição garantindo a inclusão escolar da criança (MANTOAN, PANTOJA, FÁVERO, 2007. P.05).

Nas escolas da APAE a educação infantil realiza-se na Fase I, organizando-se por meio de dois programas:

a) Programa de Educação Precoce/estimulação essencial

Define-se como programa educacional especializado, preventivo, destinado a crianças na faixa etária de zero a 05 anos e onze meses, com problemas evolutivos decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais. Realiza-se por meio de atividades educacionais e psicopedagógicas desenvolvidas por profissionais qualificados e em colaboração com a família.

Tem como finalidade propicia promover o desenvolvimento integral e o processo de aprendizagem da criança, de modo a ampliar suas perspectivas educacionais, sociais e culturais, bem como a melhoria da qualidade de vida pessoal, familiar e coletiva. O Programa de Educação Precoce estimulação essencial realiza-se em parceria com a família e sua operacionalização obedece a orientações teóricas metodológicas pautadas no conhecimento de teorias sobre o desenvolvimento infantil e construção do conhecimento de forma significativa.

Exige, portanto, educadores preparados e competentes para a sua realização, capacitados (por profissionais de diferentes áreas) em uma abordagem interdisciplinar, nos diferentes aspectos do desenvolvimento. O programa é desenvolvido por professores especializados, com apoio de equipe técnica interdisciplinar composta por um ou mais dos profissionais de acordo com as necessidades da criança: médico, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

Quando indicado, a criança deve ser atendida pelo especialista qualificado na sua área. No entanto, recomenda-se apenas um profissional no desenvolvimento do Programa, devido à vulnerabilidade e ao desconforto causado à criança pelo toque de pessoas estranhas. A familiaridade com um profissional facilita a formação de vínculos afetivos, favoráveis ao desenvolvimento e aprendizagem da criança.

O programa inicia-se após o nascimento, podendo prosseguir até os cinco anos e onze meses de idade. É oferecido nas escolas especiais, mas pode realizar-se, também, em creches ou instituições congêneres existentes na comunidade, contando com apoio itinerante da APAE. Vale acrescentar que o programa de

educação precoce não costuma ser oferecido sistematicamente pelo poder público, sendo rara sua oferta, mesmo nas grandes cidades, constitui, portanto, uma significativa contribuição das APAES, Pestalozzi e outras Entidades ao cumprimento da Constituição Federal.

A Proposta Pedagógica específica para a realização da educação precoce será elaborada pela escola da APAE, tendo como base o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (MEC/SEF, 1998) que tem como eixo o brincar como forma de construção e expressão do pensamento, o processo de interação e comunicação, o aprender e a socialização pela oportunidade de participação em todas as atividades na escola, no lar e comunidade.

2.9 ATIVIDADES FÍSICAS, PARA CADEIRANTES.

Segundo a organização mundial de saúde, deficiência é o termo usado comumente para definir disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Esse termo pode ser utilizado para referir-se a pessoa com qualquer tipo de deficiência ou incapacidade como mostra Azevedo e Barros (2003, p.78):

“O termo incapacidade sintetiza um grande número de diferentes limitações funcionais que se registram nas populações mundiais. Essa incapacidade pode apresentar-se sob a forma de uma deficiência física, intelectual ou sensorial; de uma doença que requeira cuidados médicos ou de uma enfermidade mental. Qualquer delas pode ser permanente ou transitória, conforme preveem as Normas e Recomendações Internacionais sobre Deficiência, do Programa Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência ”

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças jovens com deficiências em atividades físicas adequando às possibilidades de cada um, proporcionando oportunidades, valorizando seus limites num mesmo espaço. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (Cidade e Freitas, 1997).

E quanto à disciplina da Educação Física, ou seja, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabemos que, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou Inclusão.

Segundo Duarte e Werner (1995: 9). A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais".

As pessoas portadoras de deficiência física podem apresentar níveis sedentarismo, influenciando de forma decisiva na saúde, percepção de sua melhor qualidade de vida.

Verificamos, portanto, que a cerca da inclusão através da saúde educação, acessibilidade na construção das relações sociais, na qualidade de vida e no benefício físico que esta prática de atividades físicas pode proporcionar. A escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates.

Os benefícios das práticas corporais ocorrem de acordo com desempenho e melhoramento físico ou mental do aluno que foram detectados na escola ou na casa do aluno pelo relato da mãe ou responsável. Com observação do melhor desempenho das atividades propostas no cotidiano.

Essas atividades físicas que prever os melhores desempenhos físicos ou cognitivos de acordo com suas evoluções constatados diariamente.

As atividades físicas visam valorizar a autoestima buscando o fortalecimento muscular, melhorando a postura, viabilizando a amplitude de articular as atividades recreativas. Respeitando as suas possibilidades e limitações de cada ser. Como também sua individualidade biológica e as limitações sejam elas de patologia ou não.

Visto que o desempenho de movimentos ou posturas não habituais auxilia a estruturação da imagem corporal, também proporciona meios de estimulação para o desenvolvimento da fase psicomotora que se encontra o aluno, além disso, os

exercícios físicos controlam os órgãos respiratórios que são muito importantes para estes alunos que normalmente sofre com alteração da função respiratória.

"todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor". A autora coloca que o educador pode selecionar a atividade em função do comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual. Pedrinelli (1994, p. 69)

Verifica-se que aquele aluno, que chegou à APAE com suas limitações motoras muito reduzidas, hoje tem uma melhor desenvoltura, considerando os aspectos cognitivos, socioafetivos e psicomotores. São nítidos os progressos alcançados por eles. Constatamos a necessidade dos mesmos praticarem atividades físicas regularmente. Eles já são praticantes de atividades físicas, mais não de forma regular. Esta pratica só ocorre uma vez na semana.

É fundamental que haja mais atividades físicas regulares para cadeirantes para que os mesmos possam ser capazes de conseguir articular melhor os movimentos que são primordiais para sua independência no cotidiano.

Visto que por intermédio de atividades adaptadas de acordo com cada projeto desenvolvido pela escola, onde o professor evidencia bem a inclusão e a criatividade. Abordando seu trabalho através de uma a consciência somatória de todos os ritmos, sejam eles, individuais ou coletivos. Onde através de suas próprias experiências, as atividades podem ser adaptadas para cada situação, pois as turmas são mais heterogêneas. E substancialmente, contribuirá com a formação do alunado, auxiliando, portanto, com entendimento sobre importância da cidadania.

2.9.1 Desenvolvimento de Brincadeiras Adaptadas

Desenvolvem também brincadeiras adaptadas, desportos e outros também uma vez na semana especialmente nas sextas feiras. As dificuldades enfrentadas pela escola são muitas destes os recursos necessários para esses alunos possam praticar continuamente os exercícios físicos e os desportos adaptados, com as atividades necessárias e compatíveis com a sua socialização. Através de

conversação, jogos e brincadeiras vivenciando situações de desfrute de atividades lúdicas: jogos pé-desportivos: queimada, pique e rouba bandeira.

Promover atividades competitivas adaptadas, utilizando procedimentos como: correr, saltar, arremessar, rolar, rebater, chutar e passa anel.

Através de jogos e atividades lúdicas que envolvem ritmos: movimentar a mão direita, mão esquerda, adaptar na cadeira de roda, andar para direita e para a esquerda e peteca com jornal.

Reconhecer as limitações do próprio corpo na participação de exercícios físicos: aos pares, ao lado do colega, de frente para o colega, de costas para o colega, com as mãos na cabeça, de frente e de costas, batendo palmas, com as mãos na cintura. Através de brincadeiras adaptadas ou não, de andar, correr, rolar, engatinhar, andar com um pé só, dançar, arremessar, corrida do saco, jogo de argola e jogos diversos.

Atividades variadas para os alunos de acordo com grau de deficiência: esconde-esconde, queimada, gincana, passeio em volta da escola, lenço atrás, coelho sai da toca, pega-pega, cabo de guerra, quem está com o anel e túnel de caixas.

As atividades físicas adaptadas variadas como: boliche, jogo de betes, amarelinha, pular corda elástica, bambolê, morto-vivo, jogos imitativos, brincadeiras das cores, dois em um.

O aluno deverá iniciar uma corrida lenta, aumentando a velocidade conforme as palmas da professora. Essa corrida poderá ser inicialmente, individual e posteriormente dificultada colocando-se dois alunos ou mais alunos de braços dados. O aluno poderá também brincar de “corre cutia, pega-pega, e pique-esconde esconde”.

O aluno deverá posicionar-se, lado a lado, com seus colegas de frente para a professora e obedecendo-lhe o comando de “Vivo” (em pé) e “morto” (agachado). A professora deverá intensificar o ritmo exigindo a cada dia, maior flexibilidade de seus alunos de acordo com suas possibilidades. O aluno deverá alongar-se, estendendo os braços acima da cabeça, com a coluna reta, esticando-se o máximo possível. O aluno poderá aguçar-lhe a imaginação sugerindo que a corda está muito alta, que se ele não tomar cuidado ele poderá cair das alturas, entre outros acontecimentos.

O aluno poderá brincar de elástico que consiste em atividade com dois colegas, colocam o elástico em torno de si, posicionando-a a uma determinada distancia, primeiramente nos tornozelos e cada criança vai pulando ,enquanto o elástico vai subindo, exigindo cada vez mais equilíbrio e força para o impulso necessário ao salto. O aluno pode ainda rodar o bambolê, especialmente na cintura, pernas, etc. O aluno poderá pular corda, inclusive contando quantas vezes pula ou falando o alfabeto e quando errar que letra que acabou de falar dizer a inicial de nomes de pessoas ou de animais ou de frutas ou de brinquedos, conforme o combinado.

Os alunos em grupos devem puxar uma corda até que o outro grupo ultrapasse uma determinada marca.

A professora deverá combinar um jogo sem regras, onde cada um faz o que bem entender cuidando, sempre para que não exageros, principalmente apelações para a violência, e determinar um tempo de duração.

Se for concluído o tempo, o aluno sem deverá expor suas observações acerca de um jogo sem regras, de que os alunos tenham em evidencia a necessidade de organização em tudo o que se planeja realizar, inclusive nos esportes. O aluno poderá criar novos jogos, adaptando as regras em conjunto com seus colegas.

Os cadeirantes, como pessoas com mobilidades reduzidas desfrutar do direito de circularem utilizando os espaços para praticarem brincadeiras e atividades corporais que são necessárias a sua saúde e no desempenho de suas habilidades de forma plena e livre de barreiras dentro dos limites e possibilidades de cada um. Com isso ocorrem, portanto, a inclusão social, com acesso a acessibilidade, a escola, a atividade física e ao lazer.

“Tem em vista que, quando se fala de ser humano, deve-se ter em mente as relações biopsíquicas e sociais levando em conta a saúde mental e a qualidade de vida”. Diante do estudo, percebeu que, para a maioria das pessoas, os motivos mais importantes para a prática regular de atividade física são: saúde, qualidade de vida e prazer; porém, também se pratica exercícios físicos para prevenir doenças e retardar o envelhecimento; e, quando se fala em saúde, deve-se estar atento também para a alimentação. Samulski (2000) (15)’.

Nas últimas décadas tem sido abundante a produção de modelos e medidas que tentam explicar qualidade de vida e outro aspecto de um conceito maior denominado saúde para deficiente físico.

Para Bechtold & Weiss (2005), portadores de deficiências ou necessidades especiais é aquele que apresenta um caráter temporário ou permanente, de significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, que acarretam em dificuldades em sua interação como meio social, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades.

Concordando, SANCHEZ (2000) (16) relata que a dependência para a realização de atividades básicas da vida diária muitas vezes relaciona-se com a incapacidade funcional e, ainda, que tal dependência compromete a autonomia total da pessoa; diante disso, preconiza-se a possibilidade do exercício da autonomia de pensamento, de vontade e decisão.

Nesse contexto vemos que no cotidiano desses alunos não é isso que o corre, ainda vemos um total descaso dos nossos governantes privam nossas crianças de levar uma vida normal por falta de um ambiente adequado as suas necessidades.

Portanto, refletir acerca da inclusão através da educação, saúde, acessibilidade, na construção das relações sociais, na qualidade de vida e no benefício físico que esta prática de atividades físicas pode proporcionar.

Considerando as mudanças comportamentais do deficiente físico pode estar relacionada às áreas efetivas, como nas áreas de prevenções e controles das doenças associadas às inatividades físicas, alimentação inadequada, falta de higiene corporal como também a outros hábitos de vida errôneos.

Os fatores nutricionais atividade física e controle do estresse têm sido tradicionalmente associados com as questões da saúde e do bem-estar. Que é um meio de garantir a uma vida saudável para as pessoas com deficiências com também a sua permanência no ambiente escolar e social.

Portanto, é um meio de garantir a uma vida saudável para as pessoas com deficiências com também e sua permanência do alunado no ambiente escolar sem exclusão social. Para Nahas (2006), qualidade de vida é como a condição humana

resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano.

É imprescindível lembrar aos profissionais de todas as áreas, os de educação física e aos pais ou responsáveis que a prática de atividades físicas no cotidiano é necessária e importante, pois reduz doenças e melhora o desempenho em todos os aspectos.

Vê-se que todos os alunos com deficiências se beneficiam com a prática desportiva e com ambientes compatíveis as suas reais necessidades. Desenvolvem habilidades fundamentais as suas necessidades diárias.

Visto que, o espírito esportivo existente para os portadores de deficiências dentro de suas limitações e possibilidades.

É primordial no seu cotidiano que essa prática ocorra, tanto pela própria vontade de vencer, quanto de mostrar-se capaz. Existe prática coordenada pelo profissional habilitado e especializado em vivencia as atividades esportivas para deficientes físicos, ou indivíduos com mobilidades reduzidas.

A prática regular de atividade física adaptada surte tem efeitos positivos na percepção de bons níveis de saúde e qualidade de vida dos deficientes. Pois desempenhando seu papel social de forma plena e livre de barreira

Considerando a disposição, boa vontade e determinação para quebrar conceitos antigos, são alguns dos pré requisitos necessários para nós professores da Educação Física no Especial. Visto que disciplina de Educação Física, esse princípio traz um grande benefício para todos os alunos, mesmo para os que não têm deficiências físicas significativas. Isso porque a grande parte deles se descobre que são capazes de praticarem atos solidários e cooperativos, aumentando sua tolerância e compreensão em relação aos outros, o que é importante, ainda mais na nossa sociedade, altamente competitiva.

3. METODOLOGIA

O estudo tem como objetivo descrever os fatos e as características sobre a importância das atividades físicas regulares adaptadas para cadeirantes nas aulas de Educação Física na escola especial José de Castro Pereira dos Santos-APAE

(Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade de Machadinho do Oeste- RO.

Através de uma observação direta das atividades desenvolvidas, conversação sobre os trabalhos desempenhados no cotidiano da escola. Contando também com aplicação de um questionário semiestruturado direcionado aos alunos, professores, supervisores, orientadores, mãe e diretores da escola. Objetivando aprofundar o conhecimento, das atividades desempenhadas e das necessidades de um melhoramento nas praticas de exercícios físicos já existentes.

Esta pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa descritiva permitindo discutir sobre a atividade física regular adaptada e sua importância em um estilo de vida saudável, para um melhor desempenho escolar, como também do bem estar dos educandos.

Os alunos necessitam de estímulo contínuo através de atividades físicas regulares, brincadeiras lúdicas, devido as suas limitações, falta de acessibilidade. O que gera preconceito, o que diminui as suas possibilidades de inclusão.

Dentro da metodologia houve um embasamento bibliográfico das obras, o qual foi selecionado previamente, sendo aquelas consideradas relevantes para a compreensão do tema abordado.

Segundo Hymann (1967), indica pesquisa como descritiva, na qual descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorrem os fatos observados e também como experimentais, quando há interpretações e avaliações na aplicação de determinados fatores ou simplesmente dos resultados já existentes dos fenômenos.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999 p.157).

3.1 INSTRUMENTOS DE DADOS

Será adotado instrumento de coleta a conversação, a observação direta das atividades físicas, vivenciadas por esses alunos no cotidiano durante uma semana.

Objetivando fazer o levantamento de dados dos alunos pesquisados da APAE portadores de paralisia cerebral que são cadeirantes.

No primeiro momento houve um roteiro de conversação e observação direta das aulas de educação físicas e das atividades lúdicas adaptadas vivenciadas por eles no cotidiano, desenvolvido pela equipe pedagógica e multidisciplinar da escola.

No segundo momento foi aplicado um questionário com 10 perguntas semiestruturadas, direcionadas para os alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretores da escola.

A amostra foi determinada por conveniência. Após a coleta dos dados será feita uma análise descritiva da situação vivenciada pelos alunos e observadas pela pesquisadora durante as aulas de educação física assim como as atividades por eles realizadas dentro da sala de aula.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nos dias 15, 16, 17 e 18 de outubro de 2013, na APAE. E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos” da cidade de Machadinho do Oeste- RO, onde ocorreu a coletas de dados, primeiro houve a observação direta das aulas de educação física com os trabalhos desenvolvidos com os alunos cadeirantes portadores de paralisia cerebral. Depois aconteceu a aplicação de um questionário semiestruturado para toda a equipe da escola, compostos por: alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola.

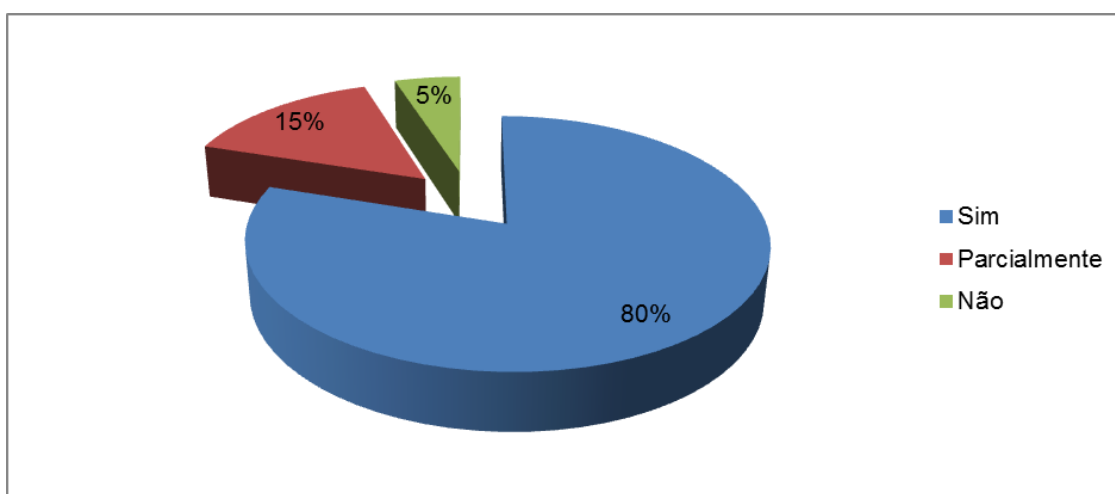
Os sujeitos da pesquisa responderam o questionário no decorrer da aula de Educação Física, contou-se com o auxílio da professora responsável pela disciplina que esclareceu para os participantes sobre a importância, responder o questionário com clareza e precisão.

Depois de esclarecidas as dúvidas, foram distribuídos os questionários e procedeu-se à sua leitura pelo pesquisador que respondeu dúvidas quanto à compreensão das questões mantendo sempre a imparcialidade para não influenciar nas respostas dos participantes, em seguida delimitou-se o tempo de 1:00 hora para que os mesmos respondessem.

Com os questionários devidamente respondidos iniciaram-se os trabalhos de tabulação e análise.

Quando perguntados acerca da participação das praticas de atividades físicas regulares para o cadeirante é importante nas aulas de Educação Física, 16 (dezesesseis), entrevistados, totalizando 80% afirmaram que a atividade física é importante para melhorar físico, psicológico, social e ambiental, do portador de deficiência física; três responderam que às vezes as atividades físicas regulares são importantes, totalizando um 15% e um (01), participante acha que não importante a pratica de atividades regular, o que correspondente a 5%. Segundo a mostra a figura 1.

A importância da pratica de atividade física regular para cadeirante

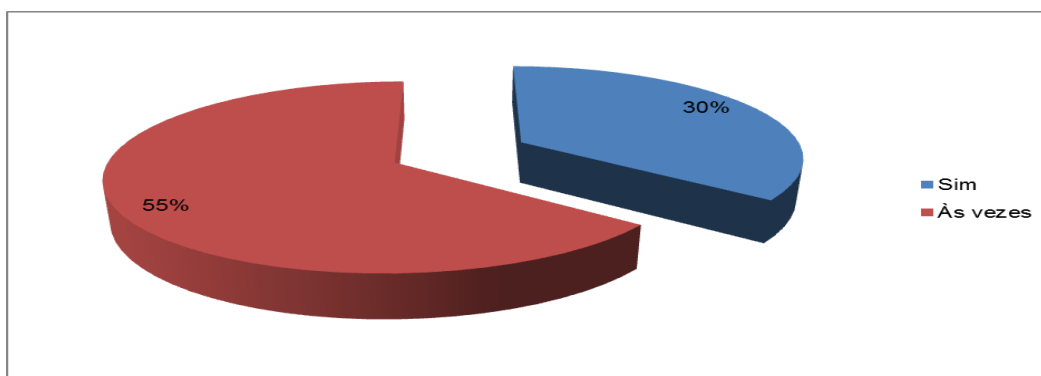


Fonte: APAE, E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos: alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola”.

Na segunda questão foi perguntado acerca do conhecimento com a idade o comprometimento físico do cadeirante fica mais marcante e diminui sua qualidade de vida? Portanto, é preciso pratica atividade física regularmente.

As opções apresentadas para respostas foram sim e não, como mostra a figura 2, 55% dos entrevistados responderam parcialmente, 30 responderam afirmativamente, que é preciso praticar atividade física regularmente, pois com a idade o comprometimento físico do cadeirante fica mais marcante e diminui a qualidade de vida.

Figura 2 – Conhecimento com a idade o comprometimento físico do cadeirante fica mais marcante e diminui sua qualidade de vida?



Fonte: APAE, E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos” os alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola.

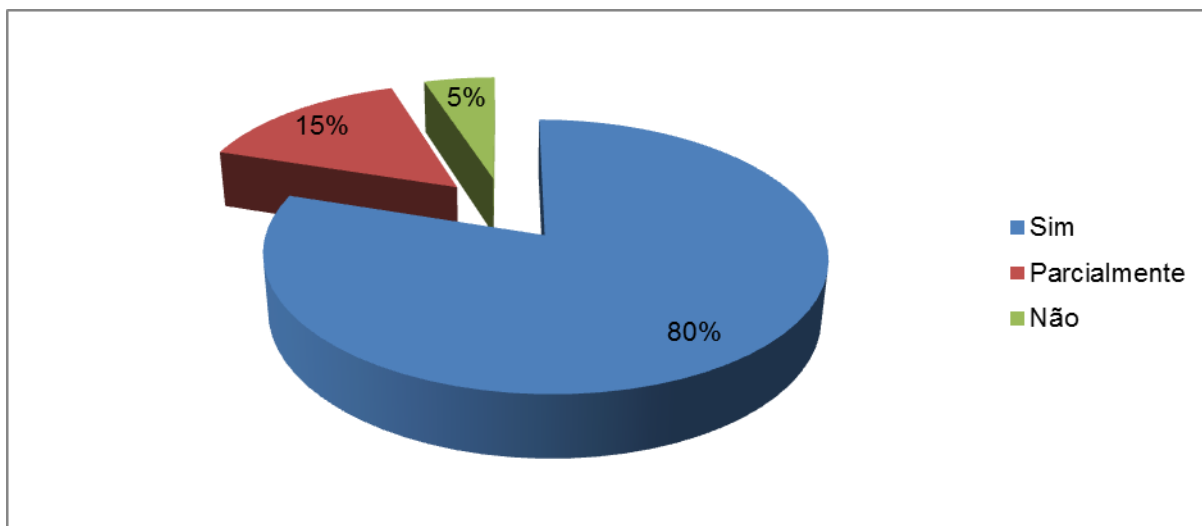
Quadro 3 – Quanto à qualidade de vida do cadeirante

| Qualidade de Vida | INCIDÊNCIA | PERCENTUAL |
|-----------------------------|------------|-------------|
| Estilo de vida saudável | 04 | 20% |
| Moradia | 03 | 15% |
| Trabalho | 03 | 15% |
| Pratica de atividade física | 03 | 15% |
| Segurança financeira | 01 | 5% |
| Grau de escolaridade | 01 | 5% |
| Acessibilidade | 01 | 5% |
| Soma | 16 | 100% |

Fonte: APAE, E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos” alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola.

Acredita-se que, o deficiente físico ativo, com prática orientada de atividades física regular ou esportivas promove vários benefícios orgânicos Tanto nos aspectos metabólicos, muscular, osteoarticular e cardiorrespiratório. Considerando os itens acima citados 80% dos entrevistados afirmaram que concordam 15% concordam parcialmente e 5% discorda dos itens citados, como se vê ilustrado no gráfico do quadro quatro.

Figura 4 – Pratica orientada de atividade física ou esportiva promove vários benefícios orgânicos.



Fonte: APAE, E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos” os alunos, professores, supervisores, orientadores, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, mãe e diretor da escola.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa de campo foi realizada na EEE José de Castro Pereira dos Santos APAE, localizada no município de Machadinho do Oeste - RO. Essa Escola é uma Entidade Filantrópica, recebe recursos dos Governos Federais Estaduais, Municipais, da sociedade e de outras entidades. Atende 70 alunos portadores de deficiências: em dois turnos matutino e vespertino. As modalidades de ensinosa oferecidos são: Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ciclo.

A presente Instituição serviu como base de campo na realização dessa pesquisa científica. Visto que a citada entidade atende uma clientela especial tais como: portadores de paralisia cerebral, deficientes auditivos, visuais entre outros. No entanto a presente pesquisa esta focada em alunos portadores de Paralisia Cerebral com deficiência física, que estão matriculados e frequentam a APAE.

Para realização da pesquisa, houve apresentação à diretora do esboço do projeto e demais servidoras da escola, onde foi explicado qual era o objetivo desse trabalho e a quem seria direcionado esse trabalho. A diretora foi muito prestativa disponibilizando a escola, documentos, materiais didáticos e pedagógicos contribuindo diretamente com o pesquisador na coleta dos dados com informações

precisam para o bom andamento desse trabalho. A realização dessa pesquisa aconteceu em duas etapas: uma de observação do espaço físico da escola, das aulas, das atividades físicas trabalhadas, e da através da aplicação do questionário a alunos, professores, servidores, mãe de aluno. Todos os citados estão envolvidos direto ou indiretamente com a disciplina de Educação Física no cotidiano escolar. Oportunizando assim, a interpretação em contexto e a retratação da realidade de forma completa e colaborando com profundidade o conhecimento dos exercícios físicos regulares na disciplina de Educação Física, na Educação Especial e sua importância para o desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e psicomotores.

A primeira etapa da pesquisa de campo foi o momento da observação do espaço físico da escola e das atividades de educação física desenvolvidas no contexto escolar. Para a sua realização para melhor desempenho desse trabalho, houve uma preparação rigorosa e um planejamento cuidadoso por parte do observador, visto a organização pedagógica daquela entidade totalmente comprometida com o ensino aprendizagem do alunado, saúde e qualidade de vida.

De início observou-se o ambiente escolar e verificou-se que a escola possui um ambiente, em seu aspecto físico, acolhedor ao aluno possuindo espaços cobertos que ligam o setor administrativo, os sanitários e as salas de aula. As aulas teóricas funcionam em ambientes climatizados, possuindo aparelhos de ar condicionado, tornando agradável a permanência do aluno em salas de aulas.

A aula pratica de Educação Física ocorre no pátio e sala de aula, a escola não tem uma quadra poliesportiva tem um pátio. Estão aguardando a construção da quadra. A estrutura é adequada para a prática de algumas atividades físicas. Considerando que, existente uma preocupação com acessibilidade dos daquela clientela, visto que todos os locais da escola todos tem acesso. Eles participam das Paraolimpíadas e treinam no campo Municipal. Como já foi citado não tem quadra coberta, e para não expor os alunos aos raios solares nas aulas de Educação Física e nos treinos.

Existe uma equipe multidisciplinar que trabalham em conjunto que orientam as praticadas as atividades físicas que são muito importantes para o equilíbrio das

atividades desempenhadas pelos alunos, elas favorecem melhor desempenho do trabalho abordado em todos os envolvidos.

A estrutura física da escola é adequada para o desenvolvimento das atividades, mais já esta precisando melhoramento devido a numero de alunos o espaço esta ficando inadequada precisa de reforma na sua estrutura onde seja possível realizar as recreações, as atividades físicas e varias práticas esportivas almejadas pelos próprios alunos e que são necessárias para melhoramentos de suas habilidades e suas conquistas.

A segunda etapa dessa pesquisa ocorreu à aplicação do questionário direcionado aos alunos, professores, fisioterapeuta, psicóloga, pedagoga e a e mãe de aluno. Averiguando também como são desenvolvidas as atividades físicas no cotidiano, observando as aulas de educação física, os trabalhos desempenhados e a importância dessas praticam regulares para os portadores de paralisia cerebral.

6. CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa mostram a perspectiva que apresenta este trabalho. Oportuniza o conhecimento e a importância das atividades físicas regulares no cotidiano escolar e social dos alunos portadores de paralisia cerebral com uso de cadeiras de rodas nas aulas de Educação Física da APAE de Machadinho Do Oeste-RO. Tendo como objetivo maior analisar a situação vivenciada pelos cadeirantes, nas aulas de Educação Física compreendendo a importância das atividades físicas regulares adaptadas no seu cotidiano.

Visto que na escola as aulas de educação Físicas geralmente são trabalhadas, com recreação e atividades lúdicas, não se exigem uma pratica diária de atividades físicas. Este trabalho é desenvolvido pela uma equipe pedagógica e multidisciplinar da entidade pesquisada. Sendo que o trabalho de fisioterapia também é desenvolvido só uma vez por semana também na busca da saúde e do melhoramento físico. Verifica-se que o número de profissionais daquela entidade é bastante reduzido contando apenas com um professor de Educação Física para atender todo o alunado.

Considerando uma ampla variedade de atividades físicas necessárias para o melhor desempenho das capacidades, cognitivas, socioafetivos e psicomotores dos alunos envolvidos. Visto que o professor pode trabalhar atividades físicas podem ser desempenhada no dia-a-dia nas aulas de Educação Física Escolar ou em horário intermediário fora do ambiente escolar na escola, visto que o numero de turmas no período vespertino é menor.

Mas são necessárias que essas atividades sejam adaptadas as necessidades do alunado com profissional capacitado.

A Educação Física aborda diversas práticas corporais, que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/ MEC, BRASIL, 1997) trazem muitos benefícios para os portadores de necessidades especiais, quanto desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social. Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais a Educação Física tem como um de seus princípios a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, a qual deve procurar reverter o paradigma da seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, a partir da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência da pessoa.

A Deficiência Física traz consigo diversas consequências, como o enfrentamento das barreiras e a falta de acessibilidade causada por elas. Barreiras estas, que vão desde barreiras sociais até barreiras físicas do ambiente, que chamamos de Barreiras Arquitetônicas. A presença dessas barreiras impede o indivíduo de circular livremente pelos espaços, ou seja, tem dificultada a sua acessibilidade, evidenciando no contexto que barreiras arquitetônicas são superadas frequentemente pelos Deficientes Físicos em seu trajeto da residência à escola e até a prática das aulas Educação Física.

É de suma importância a pratica de atividades físicas regulares, pois somos conhecedores das dificuldades enfrentadas por cadeirantes no seu cotidiano. Portanto, as atividades físicas regulares podem contribuir em vários aspectos físicos e cognitivos dos portadores de paralisia cerebral. Oportuniza a criação de um olhar crítico do mundo a sua volta. Onde contemplam os seus direitos de ida e vinda.

Observa-se que os seres humanos são capazes de refletir e melhorar as suas condições de vida.

O ato de pensar não só no individual, mas na maneira coletiva, conhecer a realidade desta pequena proporção da sociedade com seus limites e possibilidades, traz aos deficientes físicos, ganhos valiosos à vida.

Nesse contexto, as questões que dificultam o acesso de cadeirantes em um ambiente escolar, podem buscar novos aliados, isso se faz necessários devidos aos reconhecimentos de seus esforços para uma vida digna de seus integrantes. E dentro desse contexto esse melhoramento físico Interage no combate do estresse e na depressão, além de trazer inúmeros benefícios já conhecidos no aspecto cognitivo, como também na saúde geral do indivíduo. Verifica-se que é de suma importância estas práticas diárias de atividades físicas no contexto escolar ou social. É de todos os conhecimentos das dificuldades enfrentadas por cadeirantes no seu cotidiano, tanto nas suas habilidades que são muito restritas dependendo do seu comprometimento físico. Estas atividades oportunizarem a escala da absorção de conhecimento desempenha de novas habilidades que diminui suas limitações e abre novas oportunidades tais como: melhoria na imagem corporal, autoestima, humor entre outros.

Contudo observa-se que, a participação e o incentivo da família à prática de atividades físicas é fator determinante para vencer o sedentarismo comum à maioria dos portadores de alguma deficiência física ou restrição de mobilidade.

Observa-se que no dia a dia, há muita discriminação, preconceito e falta de conhecimento por parte da sociedade que os rodeia. Que não reconhecem os seus direitos constitucionais, com vemos na falta de acesso aos diversos locais públicos e até na escola. Pois os cadeirantes tem reivindicar seus direitos aprimorar suas ideias que possibilitem uma vivência melhor tanto na escola, como na sociedade.

Nesse contexto, este estudo objetivou contribuir como estudo de caso onde pretende dar suporte para futuros trabalhos na área de Educação Física.

Verificou-se, que por meio de revisão bibliográfica, observações e entrevistas e questionário direcionados aos alunos, professores, mãe e outros servidores daquela entidade. Quais os principais benefícios que a atividade física regular pode proporcionar aos cadeirantes, bem como discutir criticamente os estudos apresentando algum tipo de intervenção motora para pessoas portadores de paralisia cerebral.

Considerando os resultados citados pelos autores os benefícios observados com o desempenho das atividades física regular. Constataram que ganhos qualitativos obtidos com o exercício minimizam as contrações musculotendíneas, que impedem o movimento voluntário do indivíduo com PC em casos graves de contraturas são necessárias correções cirúrgicas, que poderiam ser evitadas caso o equilíbrio muscular (contração/relaxamento, comprimento encurtamento. No entanto verifica-se que na APAE de Machadinho do Oeste-RO, Os alunos cadeirantes portadores de paralisia cerebral tendo atividades físicas regulares, bem conduzidas e direcionadas poderiam trazer benefícios com ótimos resultados para essa clientela tanto no aspecto físico, afetivo social, cognitivo, psicomotor e terapêutico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

BARBANTI, V.J. Dicionário de Educação Física e esporte. 2 ed. Barueri: Manole, 2003.

BARROS R. Os adolescentes e o tempo livre: lazer – atividade física. São Paulo. Sarvier, 1993.

BICUDO, M. A. Fenomenologia: confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000.

BOCCALETTO, E. M. A; MENDES, R.T. Alimentação, Atividade Física e Qualidade. de Vida dos Escolares do Município de Vinhedo/SP. Revista UNICAMP, Campinas, 2009.

BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos. Educação Física/ Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

COLAÇO, N. S.; SANTOS, S. L. C. dos. Papel da atividade física na prevenção e controle da obesidade infanto-juvenil. (2005). Disponível em

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1926-8.pdf Acesso em 29 de junho de 2013.

CIDADE, R. E; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola *Integração*, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994

DECLARAÇÃO dos Direitos das Pessoas Deficientes. Resolução aprovada Pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1975. Disponível em: <<http://www.infojus.com.br/area3/ant%f4niosilveira.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2004.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998

DUARTE, E; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: COSTA, V. L de M. (Coord.). Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: Educação à distância. Rio de Janeiro: ABT/UGF, 1995. v.2.

FÁVERO, E. A. G. PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, setembro de 2004.

FERNANDES, Renan Luiz; FRANZÓI, Solange; BUENO, Fernanda Chagas. OBESIDADE INFANTIL E ALTERAÇÕES RESPIRATÓRIAS – UMA REVISÃO DE LITERATURA. Revista UNINGÁ Review. No7(2) Julho / Setembro. Master Editora, 2011.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Esforços físicos nos programas de educação física escolar. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, v.15, n.1, 2001.

GUIMARÃES, Daniella Esteves Duque; SARDINHA, Fátima Lúcia de Carvalho; POLLOCK, M.L.; WILMORE, J.H.; FOX, S.M. Exercícios na saúde e na doença. Rio de Janeiro: Medsi, 1986.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LEAL, Marta Miranda. Obesidade. In: ISSLER, Hugo; LEONE, Claudio; MARCONDES, Eduardo (coord.). *Pediatria na atenção primária*. São Paulo: SARVIER, 2002.

LOPES, Iva Marques. Aspectos genéticos da obesidade. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000300006. Acesso em 18 de outubro de 2013.

59

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa. São Paulo: EPU 1986.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: OMOTE, Sadao (org). Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004. p. 113-144.

MARTINEZ, A. M. Psicologia escolar e educacional. v.1, n.1. Mimeo, 1996. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. : intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004. p. 113-144.

MATTOS, Mauro G. NEIRA, Marcos G. Educação Física Infantil – Construindo o. Movimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2005.

MATSUDO, S.M.; MATSUDO, V.K.R. Atividade física e obesidade: prevenção e tratamento. São Paulo: Atheneu, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. 57ª Assembleia Mundial de Saúde: Wha 57.17 8ª sessão plenária de 22 de maio de 2004.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RAMOS, A.T. Atividade Física: diabéticos, gestantes, 3ª idade, crianças, obesos. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed Sprint, 1999.

SAVIANI, Dermeval. A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação. In: Revista Princípios. Nº 47. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, novembro/97 a janeiro de 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVERTHON, A. Fisiologia humana, uma abordagem integrada. 2 ed., Manole, São Paulo, 2003.

VITOLO, Márcia Regina. Nutrição: da gestação à adolescência. Rio de Janeiro: Reichmann & Autores Editores, 2003.

WERNER, D. Guia de Deficiências e Reabilitação Simplificada. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.

WILMORE, J.H, PERRIN, D.L. Obesidade, diabetes e atividade física. Fisiologia do esporte e do exercício, 2 ed. Barueri- SP, Manole, 2001.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário aplicado aos docentes, servidores da equipe multidisciplinar, que trabalham na instituição, mãe e alunos.

APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

APÊNDICE A



QUESTIONÁRIO:

O presente instrumento de avaliação pretende indagar os conhecimentos que docentes, servidores, mãe e alunos têm acerca da importância de praticar atividades físicas regulares no cotidiano escolar para cadeirantes portadores de paralisia cerebral da APAE, E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos”. Com intuito de melhorar os aspectos cognitivos, socioafetivos e psicomotores.

Participaram do estudo 02 alunos do gênero masculino e feminino que portadores de paralisia cerebral, sem comprometimentos cognitivos, docentes, servidores da equipe multidisciplinar, que trabalham na instituição e mãe.

QUESTÕES:

(1º) A atividade física é importante para melhorar físico, psicológico, social e ambiental, do portador de deficiência física (Cadeirante).

() Sim ou Não ().

Se não concorda, justifique sua resposta.

(2º) Com a idade o comprometimento físico do cadeirante fica mais marcante e diminui sua qualidade de vida. Portanto precisamos praticas atividade física regulamente

() Sim ou Não ()

Se não concorda, justifique sua resposta.

() Sim ou Não ().

(3º) Quanto à obtenção da qualidade de vida do cadeirante relaciona-se com o estilo de vida da pessoa, sua moradia, mercado de trabalho, atividades físicas regulares, segurança financeira proporcionada por si própria; grau de escolaridade ou nível e acessibilidade. Você acredita que o item citado pode contribuir para melhoria da qualidade de vida dos deficientes?

() Sim parcialmente () ou Não ().

Se não concorda com os itens ciados, justifique sua resposta.

(4º) O Brasil é um país onde parcela significativa da população (14,5%) é portadora de algum tipo de deficiência. Entretanto, pouco se tem estudado a respeito da qualidade de vida e dos fatores associados nessa população, o que evidencia ainda mais a importância desse trabalho. Você acredita que atividade física regular pode contribuir de forma positiva para o melhoramento da saúde e qualidade de vida desses alunos?

() Sim ou Não ().

Se não concorda, justifique sua resposta.

(5º) Os resultados deste estudo indicaram demonstraram que a prática de atividade física proporciona benefícios biopsicossociais aos indivíduos elevando de qualidade de vida e o ensino aprendizagem. Você acredita que a prática de atividade física regular proporcionam esses benefícios aos praticantes dessa instituição.

() Sim ou Não ().

Se não concorda, justifique sua resposta.

(6º) Alguns estudos apontam que os deficientes físicos sedentários deveriam ser estimulados a participar de um programa de atividade física, vista a enorme importância que a prática regular de atividade física tem para a saúde das pessoas, para o desenvolvimento cognitivo, pois ela reduz a possibilidade direta dos riscos do desenvolvimento precoce das doenças crônico-degenerativas e da mortalidade. Você concorda com esses estudos?

Sim () Não ()

Se não concorda, justifique sua resposta.

(7º) Acredita-se que, o deficiente físico ativos, com prática orientada de atividades física regular ou esportivas promove vários benefícios orgânicos relacionados com os aspectos metabólicos, músculo osteoarticular e cardiorrespiratório. Acredita-se que o estilo de vida ativo possa promover maiores benefícios relacionado com a saúde física e ao desenvolvimento cognitivo do alunado. Você concorda ou discorda?

() Sim ou Não ().

Se discordar, justifique sua resposta.

(8º)Verificou se que para o portador de deficiência física que se envolve constantemente em atividades esportivas, ocorre "sensação" de estar

vivendo uma vida mais saudável, percepção de possuir melhor imagem corporal e o reforço de sua auto-estima; a vida lhe fazendo mais sentido. Esses benefícios psicológicos conseguidos por influência da prática regular de atividades físico-esportivas. Você concorda?

() Sim ou Não ().

Se não concorda, justifique sua resposta.

(9º) Alguns estudos apontam existência, de resultado positivo que contemplam a prática de exercícios físicos regular, pode reduzir os níveis da ansiedade, do estresse e da depressão; melhora no humor; aumento do bem-estar físico e psicológico cognitivo melhor funcionamento orgânico geral e disposição física e mental aumentada. Você concorda?

() Sim ou Não ().

Se discorda, justifique sua resposta.

(10º) Assim conclui-se que a prática regular de atividade física parece ter efeitos positivos na percepção de bons níveis cognitivos e de qualidade de vida. A constatação dos escores superiores, nos diferentes domínios do instrumento utilizado, demonstra que o nível da qualidade de vida dos deficientes físicos ativos é melhor do que o dos sedentários. Que atividade física regular trás um grande benéficos aos seus praticantes . Você concorda?

Se discordar, justifique sua resposta.

APÊNDICE B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto: **O**
“A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES FÍSICAS REGULARES PARA
CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA”

O objetivo desta pesquisa é: Analisar a importância das atividades física regulares nas aulas de Educação Física, para portadores de paralisia cerebral cadeirantes, com intuito de melhorar os aspectos, cognitivos, socioafetivos e psicomotor desse alunado.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a)

A sua participação será através de **questionário com 10 questões fechadas e abertas** que o (a) senhor (a) deverá responder APAE, E. E. E. “José de Castro Pereira dos Santos” na data combinada, com tempo que for necessário para sua realização. Informamos que o (a) Senhor (a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o (a) senhor (a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade de Educação Física – Universidade de Brasília – podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para: Dr (a). Keila Fontana, na instituição Universidade de Brasília telefone: (61) 3107-2555, no horário: 08h00min às 12h00minhs e das 14h00min às 18h00minhs.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do telefone: (61) 3107-1947.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável

MACHADINHO DO OESTE RO, ____ de _____ de _____.